



SENADO FEDERAL

## PARECER Nº 299, DE 2022 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, em substituição às comissões, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2022, do Senador Luis Carlos Heinze, que *altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, e a Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.*

Relator: Senador **MARCELO CASTRO**

### I. RELATÓRIO

Vem ao exame do Plenário, em substituição às comissões, o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 44, de 2022, de autoria do Senador Luis Carlos Heinze, com a finalidade de estender, até 31 de dezembro de 2022, as permissões concedidas por meio da Lei Complementar (LCP) nº 172, de 15 de abril de 2020, e da Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação nas áreas de saúde e assistência social, respectivamente.

O PLP nº 44, de 2022, contém três artigos, dos quais o último trata da cláusula de vigência da lei complementar, que entrará em vigor na data de sua publicação.

O art. 1º da proposição altera o art. 5º da LCP nº 172, de 2020, para possibilitar que os estados, o Distrito Federal (DF) e os municípios possam executar, até o final do exercício financeiro de 2022, atos de transposição e



SF/22055.48438-46



## SENADO FEDERAL

transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores constantes dos seus respectivos fundos de saúde quando os valores forem provenientes de repasses do Ministério da Saúde.

O art. 2º da proposição altera o inciso II do art. 6º da Lei nº 14.029, de 2020, para possibilitar que os estados, o DF e os municípios possam executar, até o final do exercício financeiro de 2022, atos de transposição e reprogramação de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores constantes dos seus respectivos fundos de assistência social provenientes do Fundo Nacional de Assistência Social, independentemente da razão inicial do repasse federal.

Na Justificação, o autor argumenta que a LCP nº 172, de 2020, ao permitir essa flexibilização orçamentária, certamente contribuiu para que o trágico saldo de mortes pelo novo coronavírus fosse minorado, pois valorizou a autonomia dos gestores locais e regionais em aplicar escassos recursos de acordo com o desenrolar da pandemia de saúde pública.

No ano de 2022, prossegue o autor, espera-se que o número de casos graves e de mortos tenda a diminuir consideravelmente graças à elevação contínua da cobertura vacinal da população, sendo de imaginar, entretanto, que os entes subnacionais precisarão alocar mais recursos para custear os tratamentos dos pacientes recuperados da covid-19 que ficaram com sequelas de diversas ordens, tais como mentais, motoras, renais e respiratórias. No entanto, destaca, parte dos recursos para a cobertura dessa e de outras despesas prioritárias já existiria e decorreria dos montantes não gastos de transferências federais recebidas até dezembro de 2021, de quase R\$ 27,7 bilhões.

Argumenta, ainda, que também é oportuna prorrogação semelhante para a área da assistência social, por meio da modificação do inciso II do art. 6º da Lei nº 14.029, de 2020, pois a alteração facultará aos gestores dos entes subnacionais o direcionamento de cerca de R\$ 402,2 milhões, ociosos em





## SENADO FEDERAL

dezembro de 2021, para a cobertura de ações de minimização dos efeitos das desproteções sociais ampliadas pela pandemia da covid-19.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

### II. ANÁLISE

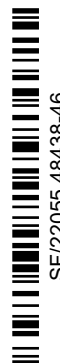
O PLP nº 44, de 2022, será apreciado pelo Plenário, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 8, de 17 de março de 2021, que regulamenta o funcionamento das sessões e reuniões remotas e semipresenciais no Senado Federal e a utilização do Sistema de Deliberação Remota.

Conforme o caput do art. 48 da Constituição Federal, o Congresso Nacional dispõe de competência para disciplinar sobre as matérias da alçada da União, o que inclui a possibilidade de edição de norma infraconstitucional para tratar de direito financeiro de forma geral, nos termos do art. 24, inciso I e § 1º, também da Lei Maior. A proposição em apreciação se enquadra nessa hipótese específica.

O PLP nº 44, de 2022, inova o ordenamento jurídico, sendo, portanto, dotado de juridicidade. Cumpre também as disposições de técnica legislativa dispostas na LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com fundamento no art. 59 da Carta Magna.

A proposição é meritória, por aumentar a eficiência alocativa dos insuficientes recursos públicos, inclusive conforme já concretizado para o exercício financeiro de 2021 por meio da Lei Complementar nº 181, de 6 de maio de 2021.

A realização de atos de transposição, transferência e reprogramação de saldos financeiros “parados” nos fundos de saúde e de assistência social ainda é desejada no momento atual, pois o enfrentamento da pandemia da covid-19 não se limita à primeira linha de ação, fortemente atacada nos anos anteriores



SF/202055.48438-46



## SENADO FEDERAL

– com contratação de leitos de terapia intensiva, compra de vacinas, capacitação de profissionais –, mas inclui também o custeio do tratamento das diversas sequelas mentais, motoras, renais, respiratórias que acometem os pacientes afetados pela covid-19. O mecanismo também auxiliará os entes subnacionais a arcarem, num primeiro momento, com seus custos diretos decorrentes da instituição do piso nacional dos profissionais da enfermagem pela Lei nº 14.434, de 4 de agosto de 2022.

Igualmente fundamental atacar o lado assistencial, a fim de minimizar os efeitos das desproteções sociais ampliadas pela pandemia. Nessa lógica, o PLP nº 44, de 2022, objetiva preservar a saúde e a vida dos brasileiros, abrandando inclusive os efeitos sociais da crise de saúde pública sobre as atividades econômicas e as contas públicas.

Em termos fiscais, a proposição não cria ou altera despesas primárias na esfera federal, pois as transferências de recursos da União aos demais entes ocorreram até o ano de 2021. Conseqüentemente, não há impacto no atingimento da meta de resultado primário proposta para o governo federal em 2022, nos termos da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2022, nem no cumprimento do limite de despesas primárias para 2022 do Poder Executivo federal de que trata o Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

Enfatizo, por fim, que, conforme divulgado pelo Senador Luis Carlos Heinze, autor da proposição em apreciação, o alcance financeiro potencial da proposição é da ordem de R\$ 27,7 bilhões para a área de saúde e R\$ 402,2 milhões para a assistência social. O termo “potencial” se justifica, já que, dos saldos mantidos nas contas dos fundos de saúde e assistência social dos entes subnacionais em 31 de dezembro de 2021, em tese somente poderão ser objeto de transposição e de transferência ou de transposição e de reprogramação, respectivamente, os recursos financeiros que ainda não tiverem sido gastos, ou





## SENADO FEDERAL

seja, aqueles cujas dotações não tiverem sido empenhadas ou não tiverem seus empenhos cancelados.

Por fim, entendemos importante a inserção de dispositivo para resguardar que o regime jurídico em questão possa ser aplicado a todos os saldos existentes nos fundos de saúde e de assistência social dos entes relativamente aos exercícios anteriores ao de sua aplicação. Igualmente pertinente que a aplicação dos instrumentos previstos possa ser realizada até 2023, dado o avançar do presente exercício e a complexidade financeira para os entes subnacionais decorrente da instituição do piso nacional dos profissionais da enfermagem. Por fim, propomos ajuste específico para o caso da saúde, a fim de permitir que o remanejamento de dotações de custeio e capital para fins de cumprimento do Plano de Saúde. As respectivas emendas são apresentadas ao final.

### III. VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2022, com as seguintes emendas:

### EMENDA Nº 1- PLEN

Dê-se ao art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 1º .....

**Art. 5º** A transposição e a transferência de saldos financeiros de que trata esta Lei Complementar aplicam-se até o final do exercício financeiro de 2023.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, incluem-se os saldos financeiros remanescentes atualizados até o exercício imediatamente anterior ao da realização da transposição e da transferência.



SF/22055.48438-46



## SENADO FEDERAL

§ 2º Mediante comunicado aos respectivos Conselhos de Saúde, fica autorizado o remanejamento de dotações de custeio e capital para o cumprimento do Plano de Saúde.” (NR)

### EMENDA Nº 2- PLEN

Dê-se ao art. 6º da Lei nº 14.029, de 28 de julho de 2020, alterado pelo art. 2º do Projeto de Lei Complementar nº 44, de 2022, a seguinte redação:

“Art. 6º .....

.....

II – o exercício financeiro de 2023.

*Parágrafo único.* Para fins do disposto no caput, incluem-se os saldos financeiros remanescentes atualizados até o exercício imediatamente anterior ao da realização da transposição e da reprogramação.” (NR)

Plenário do Senado Federal,

, Presidente

, Relator



SF/202055.48438-46